



A inclusão de uma criança com autismo no seu primeiro ano escolar na educação infantil: relato de experiência

The inclusion of a child with autism in their first year of school in early childhood education: an experience report

Izadora Princy Moreira¹

Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro²

Luana Ugalde Costa³

RESUMO: Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre o acompanhamento pedagógico e multiprofissional extraclasse, desenvolvido com um aluno diagnosticado com autismo em seu primeiro ano escolar, com o objetivo de verificar as barreiras existentes para sua inclusão, descrevendo as adaptações realizadas para o melhor atendimento deste aluno e elencar os cuidados especiais que foram realizados com ele para a inclusão na sala de aula do ensino regular. Onze estudantes da mesma idade, e duas professoras participaram do convívio escolar do aluno. A metodologia desta pesquisa é qualitativa e a coleta de dados foi realizada a partir de observações participativas dos comportamentos do aluno e intervenções de suas professoras para a realização de relatórios. A fundamentação teórica foi realizada a partir de Filho (2010), Mantoan (2002 e 2008), Heredero (1999) e Semensato (2013). As principais barreiras que foram quebradas estão no apoio e aproximação dos pais com as professoras e a interação do aluno com as outras crianças e com a aula. As adaptações que se fizeram necessárias para este trabalho foram os relatórios sobre o desenvolvimento do aluno, intervenções e auxílio durante as atividades, os cursos de aperfeiçoamento docente e a dedicação por parte das professoras. Como síntese dos resultados, percebeu-se avanços com o atendimento do aluno como o olhar para com as professoras, diminuição dos gritos esporádicos dentro da sala, melhora de comportamento ao realizar as atividades e se alimentar, além de um aperfeiçoamento coordenativo ao segurar os materiais pedagógicos e entrar na fila.

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Educação infantil.

ABSTRACT: This article is an experience report on extra-class pedagogical and multiprofessional monitoring, developed with a student diagnosed with autism in his first year of school, with the aim of verifying the existing barriers to inclusion, describing the adaptations made for the best attendance of this student and list the special care that was carried out with him for inclusion in the regular education classroom. Eleven students of the same age, and two teachers participated in the student's school life. The methodology of this research is qualitative and data collection was carried out based on participatory observations of student behavior and interventions by their teachers for reporting. The theoretical foundation was based on Filho (2010), Mantoan (2002 and 2008), Heredero (1999) and Semensato (2013). The main barriers that were broken are in the support and closeness of parents with the teachers and the student's interaction with other children and with the class. The adaptations that were necessary for this work were the reports on the student's development, interventions and assistance during the activities, the teacher improvement courses and the dedication on the part of the teachers. As a synthesis of the results, advances were noticed with the assistance of the student, such as looking at the teachers, reduction of sporadic screams inside the room, improvement in behavior when performing activities and eating, in addition to a coordination improvement when holding the materials and get in line.

Keywords: Inclusion; Autism; Child educai-o.

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Moura Lacerda (2016) Pós Graduação em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2018) e Pós Graduação em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva pelo IFTM Campus Parque Tecnológico (2020). Atualmente é professora de educação infantil no Colégio Ideal e ministra aulas de reforço escolar para crianças de até 10 anos (Espaço: Cantinho do Saber). Além de diversos cursos na área da educação. Orientadora de TCC voluntária na graduação em Pedagogia do IFAM Instituto Federal do Amazonas. Aluna especial no curso Stricto Sensu (Mestrado em educação) pela FFCLRP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: projeto político pedagógico, gestão democrática, adolescência e parâmetros qualitativos. Voluntária em três projetos sociais: Hamburgada do Bem, Bem da Madrugada e Tropa do Riso. E-mail: izadamoreira38@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5415-5193>

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE); Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Doutorado em Educação - Formação de professores pela Universidade de Lisboa (UL – em andamento); Docente de Libras no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT); Orientadora do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (IFTM). E-mail: suammy.cordeiro@ifmt.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3019-5799>

³ Orientadora do Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, IFTM. Docente de psicologia e Coordenadora de Ações Inclusivas no Instituto Federal do Acre (IFAC). Mestre em Ensino Tecnológico, pelo programa de Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: luana.costa@ifac.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5332-8956>



Introdução

A atenção dada ao autismo no Brasil nos últimos anos vem crescendo, mas ainda existem muitas pessoas que desconhecem o assunto. Seu diagnóstico é feito por observações de comportamentos e características da criança, uma vez que é possível notá-los antes dos 18 meses, como a falta de interação social e o contato ocular. Segundo a nova revisão do DSM-V (2013), a classificação Transtornos Globais do Desenvolvimento foi substituída pelo novo termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pode ser classificado em: nível 1 (grau leve), nível 2 (grau moderado) e nível 3 (grau severo) de acordo com a necessidade de auxílio nas atividades (APA, 2014).

Atualmente, com a intenção de incluir os alunos com deficiência nas redes de ensino nas classes regulares, o conceito de inclusão se tornou um dos principais focos no meio educacional. Encontramos na Constituição Federal, Capítulo III, Seção I, art. 205 a seguinte declaração: [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...] (BRASIL, 1988).

O Estado então se torna responsável pela definição de políticas públicas para a inclusão, assim como pela igualdade e oportunidades no acompanhamento especializado. O planejamento é a primeira ação para o trabalho com estes alunos, além da escrita no Projeto Político Pedagógico da escola com as metodologias a serem usadas para este exercício.

A Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial-MEC-Brasília-DF (BRASIL, 2001a) institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do Brasil, e conceitua a inclusão como processo que pressupõe o preparo e construção de um novo sistema educacional, envolvendo recursos humanos, adequações de currículo, incluindo estratégias como as adaptações curriculares individuais (SEBASTIAN HEREDERO, 1999, p.99).

Segundo a LDB (1996, Art. 58, § 1º), “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial”. Deste modo, o grande movimento pela inclusão constitui-se em uma postura ativa para a identificação dos obstáculos ao acesso à educação. No Brasil, as



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

mudanças mais significativas na educação foram nos últimos 25 a 30 anos, sofrendo um grande impacto a partir da década de 1980, a qual se deve, principalmente, a luta e coragem de algumas famílias ao redor do mundo na busca por um diagnóstico, tratamento, inclusão e educação de seus filhos, além de contribuições científicas e acadêmicas voltadas à área clínica da psicologia e psiquiatria (SILVA, 2012).

De acordo com Prieto (2006), a inclusão escolar tem como objetivo reconhecer e valorizar a diversidade como condição humana que favorece a aprendizagem, minimizando as limitações dos alunos com deficiências e dando ênfase as suas possibilidades e aos seus interesses. Sendo assim, o planejamento da sala de aula contemplará a construção de condições favoráveis a esses alunos e, conseqüentemente, à equiparação de oportunidades.

Segundo Mantoan (2002), a inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. Este lugar proporciona condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos.

Neste contexto, o interesse pelo aprofundamento da pesquisa veio a partir de uma vivência pessoal com a inclusão em 2014, no Estágio Curricular de uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental I. Nesta segunda experiência, já como docente regente de sala, nos inquietou o fato de mudar as práticas e, para isso, junto aos colegas professores, observar se haveria real evolução educacional desse aluno a partir dos planejamentos realizados pensando em seu processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, entendemos que estudos como este podem não só promover novas reflexões sobre o TEA, mas também auxiliar na prática de outros profissionais da educação. Por isso, esta pesquisa tem como objetivo relatar a experiência do dia a dia escolar de uma criança de 3 anos com diagnóstico de TEA. Dispondo, com isso, de objetivos específicos, como a verificação das barreiras existentes para sua inclusão, descrição das adaptações realizadas para o melhor atendimento deste aluno e, por fim, listagem dos cuidados especiais que foram realizados com ele para a inclusão na sala de aula no ensino regular.



Desenvolvimento

Os dados foram coletados durante todo o ano escolar por meio de anotações diárias sobre o desenvolvimento do aluno e trata-se de um relato de experiência com observação participante, que segundo Grollmus e Tarrés (2015), o relato de experiência é uma forma de narrativa, um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para sua área de atuação. A análise foi feita por meio de uma pesquisa qualitativa que, segundo Gil, (1989, p. 104), “A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir conhecimentos necessários para o cotidiano”.

A observação participante se insere no conjunto das metodologias denominadas, no campo educacional, de "qualitativas" e, frequentemente, etnográficas, segundo André (1992, p. 28), “A pesquisa de cunho qualitativo considera a parte subjetiva do problema, ou seja, é capaz de identificar e analisar os dados que não podem ser mensurados numericamente”. Com isso, a pesquisa qualitativa, ao buscar a compreensão detalhada dos significados e características situacionais do problema ou objeto investigado, permite o aprofundamento e complexificação do fenômeno investigado.

A metodologia da pesquisa classificou-se em exploratória, pois, a partir de um relato de experiência foi observado o comportamento e evolução do aluno. Todas as anotações foram registradas em um diário de bordo, que tem como objetivo a documentação detalhada dos acontecimentos mais importantes e relevantes para a pesquisa. Segundo Leigo e Arruda (2004), o diário consiste em um instrumento capaz de possibilitar “o exercício acadêmico na busca da identidade profissional” à medida que, através de aproximações sucessivas e críticas, pode-se realizar uma “reflexão da ação profissional cotidiana, revendo seus limites e desafios”. A observação iniciou no mês de fevereiro de 2019, seguindo todo o seu primeiro ano escolar, finalizando em dezembro, em uma escola da rede particular da cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, na sala de aula regular do mini maternal, na educação infantil, onde estavam matriculados 3 meninas e 8 meninos e, entre eles, Bruno (pseudônimo para se referir ao aluno) com 3 anos de idade. Bruno é uma criança não verbalizada, além disso, tem dificuldades para se alimentar e faz uso de fralda. No período oposto as aulas regulares, faz acompanhamento



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

em uma clínica multidisciplinar. A turma era regida por duas docentes, ambas formadas em 2016 em Pedagogia e com algumas formações acerca do tema durante a graduação, tais como a disciplina de Educação Especial.

Seus pais são casados e o encaminhavam até a porta da sala e, aos poucos, a professora assistente conseguiu que o aluno entrasse com ela. Na saída, sua bolsa era entregue e ele caminhava em direção ao pai, o aguardando no portão da escola (identificação visual). Para que a inclusão se tornasse de fato realidade, foi necessário preparo e dedicação das docentes, que procuraram um curso de autismo e outros meios para o trabalho no dia a dia, juntamente com as observações diárias de seus movimentos e avanços. Desse modo, Santos (2010) afirma que, a formação dos professores para atuação do trabalho com a diversidade é de grande importância, pois é essencial para a inclusão efetiva. A partir da perspectiva da interação social dos estudiosos da linguagem, Garton (1992), pontua a importância do ambiente interpessoal para a aquisição de habilidades comunicativas, ressaltando o suporte do adulto, uma vez que, sensível as necessidades conversacionais da criança, é capaz de adequar suas contribuições as capacidades dessa última, ou seja, o adulto adapta seu comportamento comunicativo para obter respostas das crianças.

Segundo Suplino (2007), em suas observações em salas de aula, notou também alguns eventos em que os alunos autistas ficavam isolados dos seus respectivos colegas de sala, e, em outros casos, que simplesmente pareciam que não estavam ali, apesar de estarem fisicamente, era como se fossem transparentes para os demais alunos.

O déficit na comunicação e linguagem, podem ser encontrados com a ausência ou atraso do desenvolvimento da linguagem oral dessa criança. O déficit na interação social, comprometimento do contato com o outro é uma característica recorrente do autismo. Por fim, o déficit comportamental, ou seja, a necessidade de se estabelecer uma rotina com o autista, além dos movimentos repetitivos.

[...] É também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas [...] (SILVA; MULICK, 2009, p.120).



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

Ressalto que, as características frequentes não podem ser motivos para o abandono, desistência nos âmbitos pessoal e profissional, pelo contrário, é necessário um auxílio para o desenvolvimento integral deste indivíduo, como afirma Silva et al (2012, p. 06) que “[...] Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver”. A escola em si não ajudou muito as professoras, pois não fizeram acompanhamentos com os pais e demais profissionais que acompanharam o aluno, nem estiveram durante os registros diários em sala para ver o progresso de Bruno. Nota-se a importância do envolvimento de todos, desde a direção, para melhor aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, como afirma Sage (1999, p. 138):

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores.

A política de inclusão é motivo de desconforto nas instituições escolares, uma vez que os professores não se sentem preparados para receber os alunos com necessidades especiais no ensino regular. Consideramos aqui a ajuda da família de extrema importância, pois ao darem o passo inicial ao levar o aluno para as terapias semanalmente, ajudaria muito em seu progresso escolar, uma vez que toda informação estaria sendo compartilhada.

O sucesso do processo de inclusão escolar depende de fatores de diferentes ordens (estruturais, ideológicos, políticos, técnicos) [...]. No trabalho pedagógico, essa necessidade faz-se mais evidente por ser o espaço onde a inclusão se efetiva (MARTÍNEZ, 1997, p. 74).

Os gestos simples realizados por Bruno, podem ser considerados “ besteiras” para as pessoas ditas como “ normais”. Todavia, estes gestos demonstram sentimentos de gratidão, afeto. Segundo SILVA (2012), a criança com autismo “às vezes, [...] pode



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

expressar a sua gratidão oferecendo uma pedrinha, e manifestar seu amor com um pequeno toque na sua mão. E tenha a certeza de que isso é muito para eles”.

No primeiro momento, a criança se mostrou bem afetiva, manifestou o gosto pelo abraço, pegar nos cabelos das outras pessoas e, inclusive, colocá-los na boca. Sua adaptação escolar foi gradativa. Durante as primeiras semanas, nas quais são bem comuns as crianças chorarem, Bruno não teve esse comportamento.

Segundo Mantoan (2008), “na perspectiva de inclusão escolar, a adaptação tem sentido oposto e é testemunho de emancipação intelectual e consequência de um processo de autorregulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece”. No começo do ano ele fugia da sala e ia em direção ao portão de entrada, chegando ali se sentava no banco e permanecia. Aos poucos, as professoras foram prendendo sua atenção com objetos e conteúdo da aula. Os pais comunicaram as educadoras na primeira reunião sobre a avaliação que o filho estava fazendo, logo veio o laudo médico. Assim, começaram as intervenções dos profissionais (escola e clínica multiprofissional). O aluno, não era atendido pelo AEE na escola regular, apenas em suas sessões de terapias na Clínica Multidisciplinar. As professoras da sala regular não tiveram muito contato com a professora do AEE, mas observavam que as terapias que Bruno fazia ajudavam muito em seu desenvolvimento nas atividades de sala.

Acerca das barreiras enfrentadas por estes alunos, trago a seguinte reflexão de Lima (2006):

A forma como a sociedade interage com as pessoas com deficiência se modificou e vem se transformando ao longo da história. Muitos foram considerados incapazes, inválidos, inferiores, antes que fossem vistos como cidadãos de direitos e deveres [...]. Somente com a modificação da sociedade, propiciada pela interação com as pessoas com deficiência, se pode vislumbrar uma sociedade mais fraterna e cooperativa (LIMA, 2006, p. 27).

A inclusão dele em seu primeiro ano escolar se fez eficaz para o seu amadurecimento e desenvolvimento. Nos aspectos psicológicos e sociais percebemos que o aluno ficou mais calmo, não gritava tanto dentro da sala, não corria mais quando as professoras levavam os alunos ao parque além de sentar para comer na hora do lanche.



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

Quanto ao aspecto pedagógico, o aluno começou a sentar-se para realizar as atividades quando a professora pedia e foi perdendo o nojo dos materiais (tinta e massinha). Na metodologia da escola é abordado os BITS de inteligência criado por Glenn Doman (1996) “Não é necessário provar ao mundo que ele é capaz (ele provará por si próprio, mais tarde)”. Esse método é constituído por técnicas adequadas à estimulação global infantil que auxiliam na aprendizagem escolar e potencializam a inteligência. Como o aluno era muito visual, ficava deslumbrado com as imagens que a educadora ia mostrando. No início do ano letivo, Bruno não bebia água. Sua expressão facial demonstrava que não gostava, por isso cuspiam. Já no segundo semestre, começou a pegar seu copo e colocar na boca sozinho, tentando beber (às vezes só molhava sua boca) sendo um resultado positivo para seu desenvolvimento.

O tema da educação inclusiva tem despertado, no meio educacional, angústias e entusiasmos. A mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação, tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana de ensino (SILVA; ARANHA, 2005, p. 374).

A escola conta com uma professora de T.O. que atende todos os alunos uma vez por semana e deixa atividades para as professoras da sala ministrarem durante esses outros dias, percebemos uma resistência dela para com Bruno, de forma que não promovia atividades diferenciadas para o estudante. Uma vez que o aluno era muito visual e auditivo, chegava na sala e procurava o rádio, no qual a professora colocava uma música ambiente, enquanto os demais alunos iam chegando.

De acordo com o Referencial Curricular de educação infantil (BRASIL, 1998):

[...] o trabalho com música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que apresentem necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de interação social. (BRASIL, 1998 a, p. 47)



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

Este trabalho multidisciplinar é previsto nas leis e conta com planos para uma atuação mais efetiva. Na Lei N° 12.764 no seu art. 1° inciso III, aborda “a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes”.

Com o olhar contemporâneo de Vigotsky (2011), refletimos sobre os caminhos alternativos para o desenvolvimento destes estudantes.

Para substituir essa compreensão, surge outra, que examina a dinâmica do desenvolvimento da criança com deficiência partindo da posição fundamental de que o defeito exerce uma dupla influência em seu desenvolvimento. Por um lado, ele é uma deficiência e atua diretamente como tal, produzindo falhas, obstáculos, dificuldades na adaptação da criança. Por outro lado, exatamente porque o defeito produz obstáculos e dificuldades no desenvolvimento e rompe o equilíbrio normal, ele serve de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação, indiretos, os quais substituem ou superpõem funções que buscam compensar a deficiência e conduzir todo o sistema de equilíbrio rompido a uma nova ordem (VIGOTSKY, 2011. p. 869)

Ao desenvolver um planejamento de adaptação, o professor precisa pensar no que, e para quem aquele conteúdo está sendo preparado. Sendo importante e necessário que o professor divida suas experiências e dúvidas com outros profissionais de sua área.

Para o autor Moraes (2003):

[...] afirma o conhecimento humano é adquirido pelo indivíduo por meio da estruturação por meio da transmissão estruturadora do processo ensino-aprendizagem, e o sujeito tem um papel insignificante em sua aquisição e em sua elaboração. A educação, na maioria das vezes, é compreendida como instrução e está circunscrita à ação da escola. A ênfase é dada às situações de sala de aula, nas quais os alunos são instruídos pelo professor. (MORAES, 2003, p.51)

Os resultados encontrados durante as observações foram positivos para o amadurecimento e crescimento dos docentes e discentes, a partir do olhar para as professoras, não gritar na sala, sentar-se para comer, segurar a colher sozinho, sentar-se para realizar as atividades, segurar a massinha, escovar os dentes, não cuspir, entrar na fila para ir ao parque, entre tantos proveitos.



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

CONCLUSÃO

No período em que a criança foi assistida, houve uma adaptação quanto à sua personalidade, seus costumes e manias, buscando sempre respeitar ao máximo os seus limites. Bruno foi um aluno desafiador para as professoras durante o ano, favoreceu o crescimento profissional de ambas e a percepção do quanto é possível oferecer a estes alunos tão especiais estímulos que, muitas vezes, acabam passando despercebidos por parte da sociedade. O estudo de Bagarollo, Ribeiro e Panhoca (2013) mostrou que, sujeitos autistas que recebem maior oferta cultural e vivenciam experiências sociais de mais qualidade, apresentam diferenças positivas em relação àquelas sem as mesmas oportunidades. Segundo o Censo Escolar de 2019, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que o crescimento foi impulsionado pelas matrículas em creches, com 167.800 registros a mais do que no ano anterior, uma variação de 4,7%.

É de extrema importância que o Brasil tenha programas direcionados para o diagnóstico precoce do TEA, com estratégias de trabalho e orientações para os familiares e demais profissionais que vão atuar diretamente com a causa. Uma vez que o autismo não tem cura, é necessário um investimento significativo no tratamento. O presente estudo mostrou que, no âmbito da educação infantil, é possível uma prática educacional inclusiva que potencialize o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno com TEA.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRÉ, M. E. D. A **Cotidiano escolar e práticas sócio pedagógicas**. Em Aberto. Brasília. Ano 11, n. 53, p. 29-38, 1992.

BAGAROLLO, M. F.; RIBEIRO, V. V.; PANHOCA, I. O Brincar de uma Criança Autista sob a Ótica da Perspectiva Histórico-Cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 1, p. 107-120, Jan.-Mar., 2013.

BRASIL. **República Federativa do Brasil Lei nº 12.764**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 09. Fev. 2020.



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular para a educação infantil**. Brasília. MEC, 1998a.

BRASIL. **Matrículas na educação infantil crescem 12,6% nos últimos cinco anos**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>> Acesso em: 04. JUL. 2020

GARTON, A. F. **Social Interaction and the development of language and cognition**. Hillsdale, USA: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf> >. p. 104. Acesso em: 27. Fev. 2020

GLENN DOMAN. **Como ensinar seu bebê a ler**. Tradução de Lourdes Vêras Norton. Porto Alegre, RS Artes e ofícios, 1996

GROLLMUS, N. S.; TARRÈS, J. P. **Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación**. Fórum Qualitative Social Research, v. 16, n. 2, mayo 2015. Disponível em:< file:///C:/Users/Particular/Downloads/2207-9561-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. **Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital**. Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que ? Como fazer?** São Paulo. Moderna, 2002.

MARTÍNEZ, A. M. **Criatividade no Trabalho Pedagógico e Criatividade na aprendizagem: Uma realidade necessária?** In: TACCA, M.C.V.R. (org). Aprendizagem e Trabalho pedagógico. Campinas. SP: Alínea, 1997.

MORAES, MARIA CÂNDIDA. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes. 2003.

SAGE, D. D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.



MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.

SEBASTIAN HEREDERO, E. **Adaptaciones Curriculares**. Material de curso. Marília: Unesp, 1999.

SILVA, ANA BEATRIZ B. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, S. C., ARANHA, M. S. F. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set-Dez. 2005, v. 11, n. 3, p. 373-394.

SUPLINO, MARYSE H. F. de O. **Retratos e imagens das vivências inclusivas de dois alunos com autismo em classes regulares**. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/suplino_doutorado.pdf. Acesso em 02 AGO 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

Como citar este artigo (ABNT)

MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L.; COSTA, L. U.. **A inclusão de uma criança com autismo no seu primeiro ano escolar na educação infantil: relato de experiência**. Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. XXX-XXX, 2021. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

MOREIRA, I. P.; CORDEIRO, S. P. R. L & COSTA, L. U. (2021). **A inclusão de uma criança com autismo no seu primeiro ano escolar na educação infantil: relato de experiência**. Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.